

DIGA AO POVO QUE AVANCE!

OLIVEIRA, Kelly Emanuely. 2013. Diga ao povo que avance! Movimento Indígena no Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. 273 pp.

Joaquim Pereira de Almeida Neto

Graduando em Ciências Sociais
Universidade Federal de São Carlos
Bolsista FAPESP



Imagem da capa do livro

"Diga ao povo que avance! Movimento Indígena no Nordeste", revisão da tese de doutorado escrita pela antropóloga pernambucana Kelly Oliveira e premiada no concurso Nelson Chaves de Trabalhos Científicos sobre o Norte e o Nordeste do Brasil – Edição 2010 –, é o resultado de um trabalho empenhado e comprometido com o Movimento Indígena no Nordeste.

Kelly Oliveira busca ressaltar os desafios enfrentados pelos Movimentos Indígenas, por suas organizações e pelas lideranças indígenas na atualidade, bem como sua caminhada pela autonomia e pela representatividade no cenário político brasileiro. Para isso, a autora recorre a uma reconstrução histórica do Movimento Indígena do Nordeste, dando foco, principalmente, ao nascimento e desenvolvimento de uma organização indígena regional, a Apoinme (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo). Por meio de uma abordagem que procura conciliar a Etnografia e a História, a autora ressalta a heterogeneidade e a não estabilidade dos movimentos indígenas.

O capítulo um é dedicado à revisão bibliográfica na área de antropologia política que enfatiza, principalmente, os Estudos do Contato inspirados na perspectiva processualista das décadas de 1950 e 1960. A autora procura mostrar como estes autores adotaram posicionamentos críticos às ideias de aculturação e assimilação, uma vez que não pretendiam deixar de lado as reflexões sobre os fenômenos de dominação e de hierarquização entre brancos e indígenas. Já o capítulo dois, a parte mais histórica da obra, busca traçar as origens do movimento indígena brasileiro. Tal perspectiva vai desde o período da colonização, passando pelas políticas de integração indígena do período Imperial e da República Velha, além das práticas também integracionistas do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), bem como pela atuação inicial da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com suas ações paternalistas. Além disso, são apresentados os papéis da Igreja Católica, das ONGs, de universidades e de outras organizações dentro do movimento indígena.

O capítulo três, por sua vez, já apresenta uma maior delimitação do objeto de estudo. Este capítulo, que é dedicado à narrativa histórico-etnográfica sobre a mobilização indígena no Nordeste brasileiro – e mais especificamente

sobre a criação, desenvolvimento e funcionamento da organização indígena regional Aпойme –, procura mostrar como os povos indígenas vão paulatinamente aparecendo como interlocutores na construção de suas demandas e na defesa de seus direitos por meio de sua mobilização política. O capítulo quatro volta a expandir o tema tratado na obra. Neste capítulo é apresentada de forma mais desenvolvida a diversidade dos movimentos indígenas, bem como suas relações com o poder público, com as ONGs e entre os próprios movimentos indígenas. Por fim, o quinto capítulo trata dos dilemas mais atuais enfrentados pelos movimentos indígenas, principalmente no que se refere à "construção de lideranças" indígenas capacitadas dentro de uma lógica de um "mercado de projetos" caracterizado pela burocratização, pela especialização e pela necessidade de capacitação.

Nessa obra, além da relevância dada ao diálogo entre a Antropologia e a História, há uma escolha metodológica de se trabalhar entre duas perspectivas, ou seja, com depoimentos das pessoas envolvidas no movimento indígena e com a análise de documentos. Essa estratégia, que perpassa praticamente todo o livro, reflete uma preocupação da autora com um fazer antropológico sério e responsável no que se refere à valorização daquilo que é dito pelos interlocutores de pesquisa. Os dados provenientes dos documentos são usados como um recurso para adensar as discussões levantadas por eles próprios. A preocupação com a fala dos interlocutores, principalmente lideranças indígenas, faz-se presente em todo o livro, principalmente nos capítulos três, quatro e cinco, nos quais além de frequentes e amplas citações de falas das lideranças, têm-se catorze páginas dedicadas a entrevistas, feitas de forma bastante livre, com três lideranças indígenas da Aпойme.

Percebe-se que ao longo da construção da obra, a autora tenciona valorizar uma abordagem etnográfica que tem no tempo histórico "um elemento fundamental para entender os processos de construção e reconstrução das organizações indígenas e do próprio Movimento Indígena" (2013: 35). Tal escolha, juntamente com a opção de apresentar ao longo dos capítulos três e quatro reconstruções históricas sobre questões indígenas – as políticas estatais e as primeiras movimentações indígenas, por exemplo – faz com que grande parte do livro tome um aspecto marcadamente histórico, pautado em registros

escritos. Tanto é assim que "Diga ao povo que avance!" acaba se tornando um relevante marco na memória historiográfica do movimento indígena no Nordeste. Entretanto acaba-se por eclipsar parte do esforço feito, principalmente nos capítulos três e quatro, de se construir uma espécie de História alternativa, uma História que, ao invés de ser baseada nos escritos produzidos sobre as populações indígenas, é construída a partir da experiência e do ponto de vista dos próprios indígenas.

A obra, porém, não pretende se restringir unicamente a essa abordagem histórica. Discussões relevantes atualmente para a antropologia, como a questão da indianidade, da emergência étnica e da reapropriação cultural são levantadas e problematizadas. A própria escolha de uma organização de povos indígenas do Nordeste como objeto de estudo pode ser vista como uma escolha interessante para a antropologia. Caracterizados, como apontado por João Pacheco de Oliveira, por uma dificuldade de visibilidade dentro do contexto nacional devido à sua "pouca diferenciação cultural", as populações indígenas do Nordeste foram por muito tempo excluídas das políticas indigenistas oficiais e dos estudos antropológicos (OLIVEIRA, 1998). Entretanto, é essa peculiaridade das populações indígenas do Nordeste, caracterizadas por um contato prolongado e intenso com a sociedade não indígena (em alguns casos, desde o período de colonização), que traz ao Movimento Indígena no Nordeste uma singularidade e, até mesmo, uma complexidade em relação às demais mobilizações indígenas, segundo Oliveira. Como aponta a autora, os povos indígenas do Nordeste, justamente por estarem envolvidos em práticas sociais muito próximas às de outros movimentos sociais brasileiros, destacam-se pela agilidade com que desenvolvem estratégias políticas de mobilização na reivindicação por seus direitos.

Essa opção de trabalhar entre duas perspectivas, a histórica e a etnográfica, que por fim acaba sendo caracterizada por uma proeminente valorização da primeira, embora possa limitar algumas das discussões antropológicas – principalmente no que se refere aos questionamentos da historiografia tradicional feita sobre os povos indígenas – está relacionada a um fazer antropológico marcado pela relevância política e pelo comprometimento com aquilo que se estuda. A busca por narrativas históricas sobre seu processo

de organização, na medida em que funcionam como instrumentos de legitimidade perante o Estado e à sociedade, é uma demanda dos próprios movimentos indígenas. Como relata Kelly Oliveira, uma construção histórica sobre a fundação da Apoinme foi um dos pedidos feitos pelas lideranças indígenas com as quais ela realizava trabalho de campo em Pernambuco.

Kelly Oliveira, em suma, mostra o protagonismo, seja de Movimentos Indígenas, de lideranças ou dos próprios indígenas, na tomada de decisões sobre os seus próprios destinos, suas formas de articulação, seus meios de capacitação, a busca de autonomia para que possam estabelecer um diálogo mais horizontal com o Estado, com as ONGs e com a sociedade não indígena e sua luta para, nesse processo, não serem nem tutelados e, menos ainda, superprotegidos. Esses são temas que a autora procura não estabilizar. Como afirma ela própria, eles estão sujeitos a muitas transformações no decorrer do tempo, afinal a mobilização do movimento indígena "aparece não como algo imutável, proveniente de uma tradição genérica, mas sim de um processo de readequação às mudanças sociais e políticas, que cria as possibilidades para um novo modo de reivindicação pelos direitos da comunidade" (2013: 99).

"Diga ao povo que avance! Movimento Indígena no Nordeste" é uma obra que vem ao público em momento oportuno para tentar intensificar as discussões em torno das questões indígenas, principalmente quando se leva em consideração o desrespeito que tem havido nos últimos anos para com os direitos indígenas. Desrespeito evidenciado, sobretudo, no que se refere ao direito às suas terras: como as pressões do agronegócio e dos grandes empreendimentos hidrelétricos sobre as reservas indígenas e, também, as dificuldades na demarcação de novas terras indígenas.

Referências Bibliográficas

OLIVEIRA, João P. 1998. “Uma Etnologia dos índios Misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. *Mana*, 4(1): 47-77.

Joaquim Pereira de Almeida Neto

Graduando em Ciências Sociais
Universidade Federal de São Carlos

Bolsista FAPESP

[Currículo Lattes](#)